

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DIRETOR PARQUE IBIRAPUERA

1. Data, Hora e Local

Realizada no dia 24 de agosto de 2019, às 10h no auditório da UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268, Vila Mariana, nesta capital.

2. Participantes

Sociedade Civil

3. Ordem do dia

Minuta do Plano Diretor do Parque Ibirapuera

A Senhora Tamires Carla de Oliveira, Diretora do CGPABI, deu as boas vindas aos participantes e avisou que a audiência será gravada e transmitida ao vivo pelas redes sociais da UMAPAZ, além da disponibilidade de assentos, em caso de lotação do auditório, há uma sala extra com transmissão ao vivo da Audiência Pública; em seguida apresentou o Senhor Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para composição de mesa.

Rodrigo Ravena com a palavra reforçou a confiança do Gabinete no corpo técnico da pasta, enfatizando que o CGPABI teve completa autonomia durante o processo de elaboração das minutas dos planos diretores dos seis parques envolvidos na Concessão. Passou a palavra para a Assembleia destacando que nesse momento está aqui para ouvir e receber as contribuições necessárias para que o documento seja substancial.

Assucena, CGPI: registrou que nas apresentações de cada pessoa seria importante deixar claro qual o seu interesse real, para que se possa identificar se se pensa no parque independente do que se pode ganhar economicamente com ele. Falou sobre o tempo de elaboração do plano, elogiando a qualidade técnica dos responsáveis pela elaboração do plano, mas se eles tivessem mais tempo ainda estariam trabalhando, é tanto que na consulta os técnicos continuam colocando suas contribuições na plataforma, poderiam estar aprimorando o documento. Destacou que não há motivo para pressa ao elaborar o plano, inclusive porque o diagnóstico é falho, devido à ausência de equipamentos, como tomógrafos que possibilitem ir além do que apenas identificar as espécies. Finalizou dizendo que as diretrizes são falhas: diretriz é meta não ação, confunde-se ações com diretrizes, é preciso monitoramento e avaliação.

Marta: trouxe também a questão do tempo, explicitando que durante 30 anos cometeu erros de diagnósticos para depois os consertar. Acrescentou que: do ponto de vista da fauna o plano não contempla as ações necessárias para proteção, não menciona a ocorrência temporal e sem essas informações é impossível identificar os pontos de conflitos da fauna

silvestre com as atividades de uso do parque, as diretrizes são soltas e não há plano de ação, não existe linhas de ações definidas, tudo isso por falta de tempo.

Cláudia, frequentadora: pontuou, em nome dos corredores, que os treinos noturnos não podem acabar às 19h e no sábado as atividades esportivas também não devem começar somente às 8h, pois as pessoas trabalham o dia inteiro e o parque é um dos poucos lugares da cidade em que os cidadãos se sentem seguros. Criticou a migração das assessorias para um único ponto, prevendo que tal medida causará tumulto.

Patrícia, advogada: fez um breve relato sobre todo o processo que envolve as concessões, ressaltando que com relação aos parques desde 2017 a prefeitura vem desenvolvendo esse projeto, portanto, durante todo esse tempo, e não só nos últimos três meses, como muitos alegam, o Município vem realizando atividades de participação social no que diz respeito a esse projeto. Concluiu explicando que não existirá plano diretor perfeito, mas o que se precisa é de um plano diretor que, assim como o parque, seja vivo, ou seja, possa ser revisado de tempos e tempos.

Juliano, vereador Eduardo Suplicy: entregou uma carta protocolar em nome do vereador e fez sua leitura.

Francisco Campos, usuário: iniciou seu discurso falando que a prefeitura está comprometida nesse processo e há uma abertura clara para o diálogo e para receber contribuições, a participação social está acontecendo, não há porque em se falar de entrega do bem para a concessionária, a empresa como todos os demais precisam cumprir a lei. Revelou que existem intimidações de pessoas que se sentem “donas do parque” e questionou a ausência de pessoas interessadas e preocupadas em falar sobre os demais parques. Por fim identificou que dentro do conselho gestor existem interesses puros e impuros, alguns conselheiros simplesmente não querem que o negócio dê certo.

Uliane, conselheira da Chácara do Jockey: iniciou sua fala relatando que acha importante que o conselho gestor seja respeitado, que a lei seja cumprida e que, destarte, o conselho sente junto com a municipalidade para elaborar o plano diretor. Sugeriu que o grupo de trabalho que é autorizado pela prefeitura contenha membros do conselho gestor. Quanto à minuta, na parte que fala sobre visões de futuro, verifica-se que as colocações são genéricas, não há consistência, o plano precisa de mais tempo para ser elaborado, a exemplo da não existência de ação ou projeto sobre o mau cheiro que vem do córrego do sapateiro.

Márcio, usuário: apresentou alguns pontos para a melhora no documento de diretrizes: menos riscos na pista de corrida e passeio, revisão do processo legal e administrativo do plano diretor de 2004, verificar a possibilidade de *open data* no parque, estudo de como as redes sociais podem ajudar na prestação do serviço e acessibilidade.

Antônio Carlos, CGPI, CECCO: questionou os próximos passos: com relação a essa minuta final, poderemos ter acesso e vê-la antes da juíza? O CGPI poderá analisá-la antes? Como será o procedimento? Caso a juíza dê o seu aval, não se falará mais sobre isso? Depois, passou a tecer considerações sobre problemas do texto, referentes à questão de segurança e com relação aos eventos, qual foi o critério para definição de quantidade de pessoas.

?Crisia, membro de cooperativa: direcionou seu questionamento para os representantes da Construcap, pois as cooperativas estão inseguras com relação à posição que ocuparão ou não no parque. Compartilhou com a assembleia que possui um filho com necessidades especiais de cuidado e que assim como os outros cooperados precisam permanecer no parque realizando suas atividades, pois eles dependem dali para tirar o sustento e viver.

Ana, usuária, participante do Fórum Verde: enfatizou que a realização do plano diretor é um mérito do trabalho de mobilização da sociedade civil e que foram os cidadãos que tornaram esse momento possível. Mas, mesmo assim, a participação social ainda não é suficiente, é preciso fazer outras oficinas junto aos usuários dos parques. Concluiu questionando se haveria uma devolutiva real do trabalho de contribuições que foi realizado durante esse período e na ocorrência das audiências, “como se poderá ter certeza que o que está sendo sugerido será incorporado”, indagou.

Samuel Lloyd, Construcap: deu início a sua fala enfatizando a legitimidade do processo, relatando que esse é o décimo encontro, contando com as oficinas, fóruns e audiências, o número de participação é expressivo. Concordou com a ampliação dos horários para o setor esportivo e reafirmou que a sociedade pode contar com a Construcap como canal para pedir mudanças no plano diretor. Com relação às cooperativas, informou que cada cooperativa irá escolher a forma de *link* que vai querer ter com o parque, pois além da permanência como cooperado, também será oferecido outras vagas de regime celetista, portanto ficará ao critério dos cooperados, pois estes podem e devem também concorrer às vagas mencionadas.

? Usuário: Apresentou o seguinte relato: “nos últimos anos o parque está se deteriorando, ao invés de está evoluindo ele está claramente involuindo, eu li o plano e dei uma volta no parque para identificar as propostas. O plano está bem feito e as críticas sempre existirão, cada técnico irá apontar algo do plano que pode melhorar, mas é preciso entender que a discussão é contínua, o plano está bom. A prefeitura não tem dinheiro e humildemente declara isso no projeto de concessão, vamos seguir em frente”.

Denise, CECCO: expôs que desde a primeira minuta do edital de concessão a posição do CECCO sempre esteve muito esquisita, pois é um equipamento público que ocupa a metade de uma casa que faz parte dos equipamentos concedidos, mas não se sabe o que fará na outra metade da casa.

Victor, assessoria econômico-financeiro em concessão: ressaltou pontos importantes do plano diretor, pois o mesmo é um marco e já propõe uma divisão hierárquica, colocando a zona ambiental acima de qualquer outro uso e setorização, esclareceu que nenhum plano diretor feito até os dias atuais fala sobre acessibilidade, fauna e flora, os equipamentos como o planetário e a escola de astrofísica, um cachorródromo, malha viária etc., o documento está completo e deve ser celebrado.

Débora, CGPI: expôs que o que não está escrito não foi dito, nada é óbvio, por isso é preciso ter mais tempo para que o documento esteja completo. Ao final de sua fala indagou se os conselheiros terão a chance de ver o documento antes do mesmo ser homologado e demonstrou preocupação com relação ao pessoal da administração do parque, se serão trocados ou continuarão no exercício de suas funções.

João Pedro, trabalha em concessão, usuário: expôs que de acordo com sua experiência nunca viu tamanho cuidado na elaboração de um plano diretor, no Brasil é inédito. Passou a apontar alguns pontos inerentes a concessão, sobre o seu arcabouço jurídico obrigar a fiscalização e o monitoramento, que nesse caso será feito pela SVMA. Depois, demonstrou preocupação com o estado do parque, pois devido a degradação seus filhos não conseguem brincar no parque. Por fim, ressaltou que a experiência comprova que as concessões geram empregos, há evolução na contratação, essa é uma consequência evidente das concessões, como os números indicam.

Chicão, usuário: iniciou sua fala alertando que desde 2017 há uma agenda política que vem abandonando os parques, o orçamento da SVMA vem diminuindo a partir daquele ano para que a concessão pudesse ser realizada. No que diz respeito a sociedade civil, esta vem sendo alijada de participar, pois representa um problema ao trazer questionamentos. Apesar de entender que lei foi feita pra ser respeitada e que já existem diversos atos normativos de proteção aos parques, denunciou que a Prefeitura já desrespeitou a lei fazendo duas viradas culturais no Parque Chácara do Jockey, violando as leis da ZEPAM.

Brenda, estudante da escola de música do Auditório do Parque Ibirapuera: relatou que a escola é patrocinada pelo Itaú Cultural, mas que o contrato de financiamento irá se extinguir, portanto, até agora não se sabe qual será a política da futura concessionária com relação à escola de música, pois no plano diretor não há nenhuma menção a escola.

Exposição Nabil Nobuki, arquiteto, ex-vereador e ex-secretário municipal: proferiu um primeiro discurso sobre a obviedade da elaboração do plano diretor vir antes da concessão, porém, como se está fazendo o inverso não se sabe como isso vai impactar no plano de negócios da concessionária. Disse ser a favor das concessões, mas não a concessão global como está se fazendo no Ibirapuera, que representa o maior setor cultural da nossa cidade. Apresentou, logo em seguida suas propostas ao plano: “O plano diretor do parque precisa está em conformidade com o da cidade, o da cidade aponta a diminuição do uso de carros, mas a concessão quer faturar em cima de estacionamentos; é preciso fazer uma saída de

emergência na oca; o museu do folclore ocupa metade do Pacubra e a outra metade? Não se diz o que será feito, é um prédio que na documentação de financiamento estava expresso sua finalidade integral para fins de cultura. O auditório Ibirapuera e sua escola de música fica como?”.

Douglas, usuário, ciclista: expôs que o valor que se ganha com a concessão, 180 milhões, é baixo para o que se precisa de investimento e o Ibirapuera tem potência para ser referência em esportes radicais.

Ana Maria, funcionária da escolha de jardinagem: demonstrou preocupação com as especificidades das políticas públicas que não estão evidenciadas no plano diretor, como por exemplo, as atividades de educação ambiental, pois o zoneamento educacional está restrito a UMAPAZ e ao Viveiro, mas na verdade todo o parque precisa de um programa educacional. A gestão da educação ambiental precisa estar claramente identificada como uma atribuição da UMAPAZ e da SVMMA.

Eduardo Júnior, diretor do parque pela SUAPI: manifestou que era preciso separar o que é gestão e o que é plano diretor, a exemplo da água que está no plano diretor da cidade, não é para estar no plano diretor do parque. Por fim, diagnosticou que quanto ao Parque Ibirapuera por todo esse tempo só houve engessamento e congelamento, nada evoluiu.

Juliana, usuária e cientista política: aduziu que da sua leitura da documentação editalícia, na sua percepção a concessão é um cheque em branco, visto que o que se quer a contratação da prestação de um serviço, porém o mesmo não é definido.

Cássia, arquiteta, técnica envolvida na elaboração do plano diretor: disse que as contribuições apresentadas são muito valorosas e que o documento publicado está muito aquém do que a gente acha ideal, ou seja, ele subiu para consulta inconcluso, mas essa era a intenção, ouvir e integrar ao plano as posições trazidas, o discurso é permeável.

Angélica, usuária: alegou que o método foi desenvolvido para ser um indicador de sustentabilidade, porém, o plano diretor não trouxe matriz de impacto, que seria um braço da aplicação do método que é apontado no início. Enfatizou, ao final, que é preciso mais tempo e planejamento ambiental para o plano diretor ser feito.

Selma, aposentada e usuária: apontou que o plano diretor precisa prever as ações de educação no parque.

Fernando, professor, trabalhou no planetário, físico: narrou que o grupo de trabalho responsável pela elaboração do plano diretor o escutou com relação ao que entende como o melhor para o planetário, pois o tempo e a experiência na gestão desse equipamento é considerável o suficiente para que possa afirmar que a prefeitura não sabe administrar os planetários, não funciona, o equipamento vive fechado, dessa maneira é preciso fazer outra

coisa, a concessionária é uma chance para que o planetário tenha a chance de alcançar a projeção global que merece.

Em nome do inspetor Santos, GCM: apresentou o posicionamento da GCM “Nossa corporação continuará amiga, protetora e aliada do paulistano, quer que seja no Ibirapuera ou em parques da periferia, nós conhecemos bem a realidade dos trabalhadores do parque, por isso nos sentimos a vontade para pedir que não haja desemprego aos trabalhos desse parque, estamos cientes que as melhorias precisam ser implementadas, mas queremos enfatizar a importância de garantia dos empregos”.

Isaac, usuário: comunicou que chegou até a Audiência por ter visto uma faixa no seu caminho informando e estava ali para gratuitamente oferecer ajuda na elaboração no plano diretor.

Márcio: apontou que o plano diretor de 2004 traz uma experiência que deve ser considerada e aproveitada para elaborar este, porém ele é um dos instrumentos que colabora com a sustentabilidade do parque, mas existem vários outros.

Assucena, CGPI: alertou que as únicas pessoas que falaram que estão de acordo com o Plano Diretor estão associadas à Construcap, está claro que precisamos de mais tempo para acertar o conteúdo do plano e a divulgação do processo participativo.

?: indicou que não há nada que impeça a PMSP de pedir nos autos do processo uma prorrogação do prazo. E está faltando no documento às atividades voluntárias e sua condição nos eventos que se realiza dentro do Parque.

Mateus, conselheiro do Carmo: enfatizou que não sai feliz do processo participativo do parque Ibirapuera, falta inserção urbana, compensação dos itens de sustentabilidade, não se chamou a sociedade civil, a USP, por exemplo, é preciso ter mais tempo e mais participação.

Chicão, usuário: avaliou que esse processo é motivador para uma articulação maior, portanto lançou uma proposta: além da extensão do prazo, precisamos ter agendamentos regionais de colaboração com relação a todos planos diretores.

Samuel Lloyd, Construcap: respondeu ao questionamento da escola de música, esclarecendo que ela é essencial para a Construcap, não só é essencial que continue, mas pretende ampliar o seu escopo e as possibilidades de remuneração dos estudantes, evidenciou o trabalho do Instituto Capobianco na área artística.